

Debates

17 DE AGOSTO DE 2021

66ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e WELLINGTON MOURA
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Faz convite a todos os deputados para sessão solene a ser realizada nesta Casa, em 08/09, em que se firmará convênio entre a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a Associação Paulista de Magistrados e a Associação Comercial de São Paulo, para a tomada de medidas de combate à violência doméstica.
2 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, sugere que as lideranças encaminhem a votação do primeiro projeto da Ordem do Dia, até que seja atingido quórum.
3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Explica que os encaminhamentos só podem começar quando há quórum. Informa que, agora, foi alcançado o número regimental de parlamentares presentes para deliberação. Coloca em votação o PDL 57/21.
4 - PROFESSORA BEBEL LULA
Encaminha a votação do PDL 57/21, em nome do PT.
5 - WELLINGTON MOURA
Assume a Presidência.
6 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PDL 57/21, em nome do PSOL.
7 - ROBERTO MORAIS
Encaminha a votação do PDL 57/21, em nome do Cidadania.
8 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência.
9 - PAULO LULA FIORILO
Encaminha a votação do PDL 57/21, em nome da Minoria.
10 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara aprovado o PDL 57/21. Registra voto contrário da bancada do PT e dos parlamentares Janaina Paschoal, Leci Brandão, Carlos Giannazi, Valeria Bolsonaro e Leticia Aguiar.
11 - PROFESSORA BEBEL LULA
Para comunicação, rebate o pronunciamento do deputado Roberto Morais.
12 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara aprovado o PL 624/20, salvo emendas. Registra voto contrário da deputada Janaina Paschoal. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas A, B, C e D ao projeto, apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Registra voto contrário da deputada Janaina Paschoal e do deputado Gil Diniz às emendas. Coloca em votação, separadamente, e declara aprovados o PL 356/15 (restando prejudicado o PL 778/15, em anexo), e o PL 1.352/15. Coloca em votação e declara aprovado o PL 574/16. Informa que o deputado Altair Moraes solicitou uma verificação de votação. Defero o pedido e determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico. Informa que estão em obstrução ao processo de votação as seguintes bancadas: Republicanos, Patriota, DEM, SD, PSL, PT, Podemos, MDB, PSB, PL, PP, PSOL e PROS; e o deputado Gil Diniz. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental, ficando adiada a votação do PL 574/16. Coloca em discussão o PL 42/21.
13 - GIL DINIZ
Discute o PL 42/21.
14 - PAULO LULA FIORILO
Discute o PL 42/21.
15 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Encerra a discussão do PL 42/21. Informa não haver quórum para deliberação, motivo pelo qual a votação não pode ser realizada. Tece comentários acerca do PL 42/21. Encerra a discussão do PL 176/21. Informa não haver quórum para deliberação, motivo pelo qual a votação não pode ser realizada. Convoca, para hoje, uma reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se às 15 horas, em ambiente virtual. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.
* * *
- Passa-se à
ORDEM DO DIA
* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Havendo número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e declara aberta a 66a Sessão Extraordinária em Ambiente Virtual. Estão faltando três deputados. Deputado doutor Olim está entrando, vão ficar dois. Estamos com 46 deputados logados. Antes disso, eu quero fazer um convite a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados. No dia 8 de setembro nós vamos fazer uma sessão solene, já presencial, aqui na Assembleia Legislativa, onde nós teremos a presença da Associação Paulista de Magistrados, e da Ana Cláudia Cotait, da Associação Comercial de São Paulo. Nós vamos fazer um convênio da Assembleia com essas entidades, sobre a violência doméstica contra as mulheres. Acho que vai ser um bom ato. Eu gostaria de pedir que todas as deputadas e os deputados pudessem participar. Eu acho que vai ser uma nova parceria da Assembleia Legislativa. Será no dia 8 de setembro, numa quarta-feira. Dia 7 é feriado. No dia 8, quarta-feira. Deve ser 10 horas ou 11 horas. Mas nós vamos mandar convite oficial. Seria importante principalmente que as Sras. Deputadas, se pudessem, e os Srs. Deputados estivessem presentes aqui no plenário da Assembleia. Nós vamos convidar a presidente da Comissão das Mulheres. É a deputada Patricia? Acho que é a deputada Patricia Bezerra, é isso? Das mulheres? Não? Mas nós vamos fazer os convites oficiais. Acho que seria importante se pudesse vir. Porque nós queremos fazer a propagação para todo o estado de São Paulo. A Dra. Damaris Moura, ela que é também. É um termo de convênio entre o Parlamento de São Paulo e essas entidades. Está faltando apenas um deputado para fazer parte. Deputado Carlos Giannazi, o senhor quer fazer um “pela ordem”? Está fechado o seu som, deputado Giannazi. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL – PARA COMUNICAÇÃO - Bom dia, Sr. Presidente, deputados e deputadas. Só uma sugestão, presidente. Enquanto não dá quórum, a gente pode ir encaminhando o PDL, esse primeiro que está na pauta. (Vozes sobrepostas.) O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Agora deu quórum. Não dá para encaminhar nesse PDL. Mas já deu quórum agora. Nós podemos iniciar. O senhor quer continuar? Desculpa, deputado Giannazi. O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Então quero me inscrever para dar quórum, para encaminhar o PDL, pelo PSOL. Mas acho que a Bebel está na minha frente. Ela já se inscreveu antes. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Em votação o Projeto de decreto legislativo nº 57, de 2021. As senhoras

e senhores líderes que tenham interesse em encaminhar a votação, queiram se manifestar no chat.

Deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente, bom dia. Bom dia também para todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Enfim, mais uma audiência na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Esse encaminhamento, que ora faço, normalmente nós votamos os PDLs favoravelmente, quando se trata de remédio, quando se trata de alimentação. Mas esse PDL trata do envase de água, das garrafas de água.

No debate que fiz, na bancada, é claro que nós não vamos obstruir. Mas nós vamos registrar o nosso voto como “não”, em período de dar o quórum. Porque eu acho que, independentemente de ver se, por decurso de prazo, nós não podemos concordar com essa questão da isenção fiscal, que ocorre há anos no governo paulista.

É isso que, de certa maneira, leva Não acho que falta dinheiro para as políticas públicas. Mas é daí que vem o dinheiro que se institui políticas públicas e se propõe política pública.

O interessante é que manda um PDL assim, e depois manda um PLC, da magnitude do 26, razão pela qual eu acredito que amanhã haverá uma grande mobilização de todo o funcionalismo público.

É importante que se diga, mas a Apeoesp, com certeza, estará em peso, por conta deste PDL, porque não é uma briga qualquer. Ela é uma briga de lógica de estado. É uma briga em que o Estado, na verdade, ele diminui os servidores para caminhar para a privatização de outros serviços.

Como que eu posso imaginar que categorias do funcionalismo público, elas sejam - eu pego os professores mesmo, que é um absurdo - contratadas temporariamente?

A gente está vendo, gradativamente, crescer o número de professores temporários, em detrimento dos números de professores concursados. Está indo numa lógica da reforma, da PEC 32, que é transformar todo mundo em temporário.

Então, veja bem, entre maio de 2017 e 2021, eram 24.700 professores temporários - eu estou falando isso só de professores. Passaram a ser, deputado Giannazi, 67.700. Olha a acrescida.

Aí, vamos lá para o PEB I, que é o professor de Educação Básica I, aquele que tem uma importância fundamental na primeira infância, que alfabetiza. Então, pela ausência de concurso, o que é que acabou acontecendo: hoje, nós temos 57.1 temporários e apenas 28.100 professores são... 8% dos professores são efetivos.

Dos PEB II, 34% são temporários e o restante são efetivos. Então, você vê um crescimento dos temporários e os concursados írem desaparecendo. Essa é a lógica, para depois implantar - o que já está no PLC - o reajuste salarial através de bonificação.

Isso significa o quê? Isso não tem a ver com o bônus-mérito nosso, isso é outra coisa. Eu estou falando que a remuneração dos funcionários públicos - não professores, todo o funcionalismo - será por bonificação.

Por quê? Duas lógicas: não incorpora nos salários e também, quando se aposenta, não leva. Então, se aposenta com um salário muito pequeno e, ao mesmo tempo, é o tal do subsídio que passou na reforma da Previdência.

Então, fazendo esse debate e andando com todo o estado de São Paulo, eu não tenho dúvidas: a Praça da República, amanhã, vai ter muita gente. Vão ter muitos, mas muitos professores, e vão ter muitos servidores públicos também. Eu falo que tem muito mais professor, porque o professor é a maior categoria dos servidores públicos.
* * *

-Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.
* * *

O lamentável também é ter no PLC a redução, para quem é temporário, de 10% abaixo de quem é efetivo. Isso é inconstitucional, isso não existe. Um profissional desenvolvendo a mesma tarefa que o outro e receber a menos foge da constitucionalidade, como inconstitucional, também, é a ausência de concurso público.

Por isso que a PEC 32 não pode passar. Nós não podemos deixar a PEC 32, nem esse PLC 26, porque, da forma como está, ele vai acabar com tudo.

Não bastou, por exemplo, baixar o valor de pagamento de precatórios? Não bastou a reforma da Previdência, que até confisca salários de professores aposentados? Não bastou o 592, que extinguiu empresas e privatizou?

Ou, se não privatizou, nós estamos aí com problema com o pessoal que trabalha com as emendas. Eles estão totalmente sem saber para onde vão, e vão ser demitidos.

Então, essas reformas da Previdência, tanto do Bolsonaro quanto do Doria, aqui no estado, são deletérias, muito ruins para os servidores públicos e para a população, porque quem usa serviço público? É a população.

É ela que precisa de serviço público, e serviço público de qualidade a gente tem também se tiver valorizado os profissionais da Educação. Essas provinhas vão e voltam. Eu em lembro que eu me sentava com o falecido Paulo Renato, que era secretário da Educação, que foi ministro da Educação.

Eu dizia para ele: “Isso não tem vida longa, porque faltarão professores”. E faltou, faltaram professores. Fizemos uma greve em 2013. Eu considero duas greves gloriosas que nós tivemos. A de 2013, porque nós conseguimos implantar, teve concurso para 59.000 profissionais professores, incluindo o PEB I; conseguimos também acabar com essas provinhas, porque faltavam professores.

Ué, o que é que avalia um professor? O que é meritocracia? Meritocracia, para nós, é o concurso, é a porta de entrada no serviço público. Isso é a meritocracia. O resto, desculpe, é desmonte do Estado. Eu não vejo outra coisa.

Por isso, esse PLC 26, Sr. Presidente, tem que ser repensado, porque eu acho que já foram feitas as reformas administrativas todas. Mais essa para quê? Para acabar com o professor que já não tem direito nenhum? Precarização, esquividão, o que é que é isso? Eu acho que está só faltando, agora, colocar outros métodos aí e dizer que estão dentro da lei.

Sem falar em abonos de permanência e tantas outras coisas. Isso também vai ter um problema, porque o professor - eu estou falando do professor, mas também poderá ter outro servidor - vai ter uma progressividade: 25, 75, 100%, e quem determina isso são os chefes diretos.

Mas como assim? E se faltar, como é que faz? Porque hoje, se todas as aposentadorias acontecerem, não tem professor para dar aula, deputado Giannazi. Sabe por que é que não tem? Não terá professor porque não tem valorização. Jovens não querem ser professores mais.

Tem que pensar nisso, como ter uma carreira atraente. “Ah, mas eu quero implantar a figura do notório saber”, que é aquele que eu dou uma certificação e falo “Esse vai poder dar aula”. Está lá na reforma do ensino médio, é o notório saber. Quem pode dar são os dirigentes de ensino, enfim, todos que se supõem conhecedores da Educação.

Eu lamento muito, mas eu acho que a gente vai ter uma queda de braço muito dura neste período. Agradeço até, Sr. Presidente - sei que o senhor tem um lado do governo - mas, quando nós começamos a conversar sobre o PLC 26, o senhor garantiu que não pautaria esse PLC 26 no regime virtual.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Só para concluir, por gentileza.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - E isso dar-se-á exatamente porque nós vamos voltar dia 8, portanto, só será pautado lá nesse período. Então, para nós é uma coisa...

E, para terminar, só dizer que a Apeoesp é vencedora de uma ação que não permite que professores que não tiveram

a segunda vacinação por mais de 14 dias voltem a trabalhar, e mesmo aqueles com problemas de comorbidade. Então, é importante também essa grande vitória da Apeoesp no dia de ontem.

Um forte abraço e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada. O próximo inscrito é o deputado Carlos Giannazi, encaminhando pelo PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Presidente em exercício nesta sessão, Wellington Moura, deputados e deputadas, eu quero fazer algumas considerações primeiro, logicamente, sobre o PDL 57, de 2021, que nós estamos debatendo agora.

Primeiro, para dizer que esse projeto, esse PDL, vence por decurso de prazo exatamente na semana que vem, no dia 28. Ele sendo aprovado ou não pela Aleesp, pelos deputados e pelas deputadas, entra em vigor a partir do dia 28.

Logo, eu quero fazer uma crítica nesse sentido, Sr. Presidente, porque é uma votação até inócua nesse sentido, porque tem um decurso de prazo. Inócua no sentido de que nós temos outras prioridades, nós temos outros PDLs importantes que devem ser votados, como o nosso PDL nº 22, que acaba com o confisco dos aposentados e pensionistas.

O PDL está aí, com parecer favorável, em regime de urgência, só falta a liberação da emenda de plenário, que foi apresentada no final do ano passado e obstruiu a votação do nosso PDL, que já estava inclusive em plenário para ser votado. Agora, tem que liberar essa emenda rapidamente. Então, essa é uma prioridade para nós, para o estado de São Paulo, para os aposentados e pensionistas.

Agora se coloca na pauta um projeto que vai vencer o prazo agora no dia 28 e ele entra em vigor. Então, eu faço mais um apelo aqui para que a Assembleia Legislativa vote em caráter de extrema urgência o PDL nº 22, que revoga o Decreto nº 65.021 e acaba definitivamente com o confisco, com esse assalto aos aposentados e pensionistas, como fez agora recentemente a Assembleia Legislativa de Alagoas, que votou o PL que revogou o confisco.

Aí eles voltaram atrás, perceberam o grave erro, e o próprio governo apresentou o projeto por conta da pressão dos servidores, dos aposentados e pensionistas. O estado de Alagoas, que é um estado pobre e que não tem uma economia como a de São Paulo, nem o orçamento - longe de ter um orçamento como o nosso -, já recuou em relação ao confisco.

Também é importante, no debate sobre esses PDLs que foram apresentados agora pelo governo, que isso nos remete ao debate sobre a política das isenções fiscais, dos benefícios fiscais aos grandes grupos empresariais do estado de São Paulo, que consomem bilhões de reais de um dinheiro que faz falta para a Educação pública, para o SUS, para as universidades, para as prefeituras inclusive do nosso estado, que são prejudicadas com as políticas de isenções fiscais.

Então, é importante que a Assembleia Legislativa aprofunde esse debate e acabe com essas isenções, que na verdade não beneficiam o estado, sobretudo nas áreas sociais. E aí eu fico chocado, porque falei agora do confisco dos aposentados e pensionistas, que foi feito através do Decreto nº 65.021, falei do nosso PDL 22, que está praticamente pronto aí para ser votado, só depende da emenda, e o governo fala que tem que fazer ajuste fiscal, apresentou agora o PLC nº 26.

Mas ontem nós tivemos uma reportagem - todos acompanharam - da “Folha de S. Paulo” sobre a farra das emendas, de que o governador Doria está instrumentalizando o erário público, o dinheiro público, o orçamento do estado de São Paulo para fazer a farra das emendas, já pensando na sua eleição para presidente do ano que vem, distribuindo emendas, como fez o Bolsonaro lá com aquele “tratoração”, aquele orçamento secreto.

O Doria encarna novamente o “bolsodoria” e distribui emendas. Eu não estou falando das emendas impositivas, que essas são legalizadas, têm lei regulamentando, têm fiscalização, estou dizendo sobre as extras.

Segundo a matéria da “Folha de S. Paulo”, isso é grave. “Ah, não tem dinheiro para aposentado, não tem dinheiro para pensionista”, não tem dinheiro para um reajuste, nem para a reposição das perdas dos servidores de ativa, mas tem dinheiro para fazer a farra dos pedágios.

A matéria fala que cada deputado recebeu 11 milhões de reais de emenda extra. Até deputados federais, 37 deputados, a senadora do PSDB, Mara Gabrilli, também recebeu. Gente, é a farra dos pedágios. Tem a farra dos pedágios, mas aqui é a farra das emendas.

Por falar em farra dos pedágios, eu não vi nenhum deputado e nem o governador Doria inaugurando as cabines cobrando os pedágios na semana passada, lá na região de Marília, Bauru, de Garça. Eles iniciaram a cobrança em cinco praças de pedágios naquela região.

E engraçado: onde estavam os deputados para inaugurar as cabines cobrando? Não vi nenhum deputado lá da base do governo participando das inaugurações. Os deputados participam, me parece, das inaugurações das reformas das estradas, que depois são entregues para os donos dos pedágios, as concessionárias.

Mas não vi nenhum deputado participando da inauguração das cabines, muito menos o governador Doria, o seu vice, que me parece que também é o Rodrigo Garcia, pré-candidato ao Governo do Estado de São Paulo.

Mas, voltando aqui à farra das emendas, é grave, gente, porque, ao mesmo tempo que o Doria usa o orçamento, instrumentaliza o orçamento estadual, ele massakra os servidores com o PLC 26, com o Decreto 65.021, que confisca as aposentadorias.

E, ao mesmo tempo, na contramão, ele anunciou o fechamento nos finais de semana - olha que grave - das refeições do Bom Prato. Em vários restaurantes do Bom Prato não vai haver mais alimentação nos finais de semana.

Ou seja, a população no meio de uma pandemia, desempregada, passando fome, passando frio nesse inverno. Então, a população não precisa mais se alimentar aos sábados e domingos, ela espera a segunda-feira.

Gente, é um governo anti-povo, anti-popular, anti-pobre. Esse governo Doria tem ódio dos pobres, porque ele confisca aposentadorias, acaba com a isenção do IPVA para uma boa parte das pessoas com deficiência, fecha o Bom Prato nos finais de semana para matar o povo de fome - essa é a verdade, é o governo Doria - e faz a farra das emendas parlamentares, mais de 1 bilhão de reais.

Então, não tem crise fiscal, para isso não tem crise fiscal, para fazer a farra dos pedágios. Está pedagiando o estado inteiro, gente. Já há um número excessivo de pedágios no estado de São Paulo. Nós temos os pedágios mais caros do Brasil e da América Latina, e ele ainda está criando mais pedágios para aumentar o custo de vida.

O valor do frete é repassado para a cesta básica. Então, é um absurdo o que está acontecendo. Eu fico chocado como a gente prioriza um projeto, um PDL como esse, quando nós temos outros PDLs importantes tramitando na Assembleia Legislativa.

E quero ressaltar, também, me associar ao que disse a deputada Professora Bebel. Amanhã, Bebel, nós estaremos nas ruas, sim, participando desse grande movimento nacional contra a reforma administrativa, que no fundo vai entregar os fundos públicos da Educação e da Saúde para o capital privado.

Eles querem privatizar, na verdade, esses grandes orçamentos, é disso que se trata no fundo a reforma... A farsa da reforma administrativa, PEC nº 32, do governo Bolsonaro.

Nós somos totalmente contra, porque ela ataca os servidores, logicamente, acabando com concurso público, com a

estabilidade, terceirizando tudo. Eu digo, deputada Bebel, que o Brasil vai ser tudo...

Os contratos serão todos como os dos professores categoria “O”, o Brasil vai virar categoria “O”. Aqui já é o balão de ensaio que acontece no estado de São Paulo.

Então nós estaremos amanhã nas ruas contra a PEC 32; contra o PLC nº 26, que aprofunda esses ataques aos nossos servidores e aos serviços públicos do estado de São Paulo.

Pelo fim do confisco dos aposentados e pensionistas no estado; pelo reajuste salarial; pela reposição das perdas salariais de todos os servidores, estaremos todos amanhã nas ruas, nessa grande movimentação nacional. E aqui, em São Paulo, com as nossas pautas mais específicas e importantes.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Para concluir, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Então, era isso que eu queria dizer na data de hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Próximo inscrito para falar pelo Cidadania, deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - CIDADANIA - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, Sr. Presidente, deputado Wellington, grande amigo. Eu tenho uma admiração profunda pelo deputado Carlos Giannazi, mas eu fui o único deputado presente na manifestação contra os pedágios, na Rodovia Piracicaba - Charqueada.

Na verdade, eu nasci ali no bairro de Crecreio, no município de Charqueada, e estive presente há 15 dias lá. E tivemos, na quinta-feira passada, uma reunião com o Milton Persoli, que é o presidente, que é o diretor presidente da Artesp, para discutir a questão da isenção. Então, apenas isso para colocar.

E mais um detalhe, deputado. Nós, os 94 deputados - a Bebel sabe disso - estamos sendo acusados de ter votado a concessão. Nós não votamos concessão nenhuma. Se o deputado Carlos Giannazi votou, eu não tenho conhecimento.

Eu pelo menos não votei, e acho que nós estamos aí juntos. Eu sei, Carlos, você é meu amigo, você sabe, independentemente da convicção política, mas você sabe que a Assembleia não vota.

O plano de desestatização do Estado foi feito em 96, eu não era deputado, tinha acabado de ser o vereador mais votado da minha cidade, que é Piracicaba. Aliás, nascido em Charqueada, mas estando em Piracicaba desde criança, trabalhando em rádio até hoje, com muito orgulho.

Nós não votamos. A partir de agora, desde então, cabe ao Poder Executivo destinar a abertura de novas concessões. Então, apenas para esclarecer esse assunto.

Eu quero também aqui agradecer ao Governo do Estado. Ontem, nós autorizamos... Nós autorizamos, não, o Governo autorizou, através de uma emenda nossa, um milhão de reais para a construção do Posto de Saúde do bairro Tatuapé 2. Para quem não conhece é um bairro de extrema pobreza.

Já tem um PSF, e agora através da Salvina, e amigos moradores do bairro, nós fizemos a emenda, a prefeitura doou o terreno e nós conseguimos realmente a liberação desse dinheiro, que já está no caixa da Prefeitura de Piracicaba para a construção desse PSF, nesse bairro que precisa e precisa muito desse PSF.

Nós, na reunião com o prefeito Luciano; na reunião com o Filemon, que é secretário de Educação - aliás, secretário de Saúde; com o Paulo, que é secretário de obras; com engenheiros da prefeitura; com o vereador Gilmar Mota e os moradores do bairro. Nós anunciamos que o dinheiro já está no caixa da prefeitura. Será licitada essa obra para que possa atender aqueles moradores do bairro Tatuapé 2.
* * *

- Assume a Presidência o Sr. Carlão Pignatari.
* * *

Hoje, inclusive, nós vamos ter audiência pública da Região Metropolitana de Piracicaba. Em 2012 nós apresentamos o projeto do aglomerado urbano, nós queríamos deixar de ser fundo de quintal de Campinas, com todo o respeito à Campinas. Nós conseguimos o nosso aglomerado urbano - na época eram 22 cidades -, e o prefeito de Laranjal e os vereadores pediram para ser incluídos também, e nós conseguimos incluí-los.

Quando o governo fez, agora, o projeto da Região Metropolitana de Piracicaba e Rio Preto... Na nossa, além das 23 cidades, entraram mais duas cidades: São José do Rio Pardo e Pirassununga. Só que a cidade de Laranjal Paulista ficou com uma população muito grande, eles têm lá um atendimento diferenciado, que é a Faculdade de Medicina de Botucatu.

Então, falei com o Dr. Alcides, falei com três vereadores do nosso partido, com demais vereadores, já falei com o líder do Governo, que é o Vinícius Camarinha, já falei com o Marquinho Vinholi. Nós estamos tirando Laranjal Paulista da região, porque ninguém tem a convicção exata se poderá continuar, a Saúde, sendo feita lá em Botucatu.

Então, para evitar problemas, eles não queriam sair da nossa região. Eu sou, pela quinta vez, o deputado mais votado da região. Então, nós já acertamos. Nós tiramos de Laranjal Paulista...

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Caiu a conexão do Roberto. Vou passar a palavra para o líder da Minoria, deputado Paulo Fiorilo. Se o deputado Roberto Morais voltar, ele conclui. Tá bom?

Deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu me inscrevi para falar pela Minoria para que a gente pudesse entender um pouco o que vamos votar.

Em que pese que, se não votarmos, também vai ser aprovado, porque agora - como eu já disse anteriormente - nós temos aqui o decurso de prazo, uma medida utilizada na ditadura em que o governo de plantão apresentava o projeto, se ele não tramitasse ou não fosse votado, ele estaria aprovado de qualquer maneira.

É um problema que nós vamos ter que enfrentar em breve, esse debate. Até porque, quando a gente discute renúncia de recursos, pressupõe que a gente entenda o que está sendo renunciado e qual é o retorno que isso pode ter para o Estado. Aliás, essa é a lógica. Quando o Estado renuncia recursos do ICMS, do IPVA nós precisamos saber o que está sendo dado em troca.

Pois bem. Eu fui olhar a referência desse decreto. A partir de fevereiro deste ano, São Paulo passou a exigir um selo de procedência da água mineral vendida no Estado sob responsabilidade das empresas envasadoras de água. Há uma multa para aquelas que não cumpriram a selagem de 116 reais por garraão irregular, sem o selo. É interessante, porque isso significa que a água mineral envasada terá controle, e essa medida decorre de uma lei de iniciativa do então deputado, sempre deputado, João Caramaz, do PSDB, que foi aprovada em 2018, mas apenas regulamentada - pelo governo Doria - em vigência a partir de fevereiro de 2021. Lei interessante, porque propõe o controle da água, evitando que empresas que não tenham esse selo comercializem, o que evitaria possivelmente a competição desleal, evasão de divisas e etc.

Mas vamos lá. Se a ideia é regular o mercado de água e fiscalizar a origem das águas comercializadas em São Paulo, os consumidores e empresas podem denunciar envasadoras clandestinas através do site da Secretaria da Fazenda e talvez até da Saúde - precisa ver como é que regulamentou a lei o governador.

Agora, o projeto do deputado João Caramaz prevê benefício fiscal. Não foi a iniciativa do governo, ressaltou, foi a iniciativa do deputado. É assim, aqui nesta Assembleia a gente vai tendo surpresas, é a primeira vez que eu vejo um deputado conseguir legislar sobre renúncia fiscal, mas vamos lá.